

## Liberalismo econômico

Originariamente, a doutrina liberal correspondia, de modo exclusivo, ao fundamento do governo representativo. Funcionava, então, apenas na Inglaterra, tendo sido inaugurado com a Revolução Gloriosa de 1688. O documento que então expressava o novo regime era o *Bill of Rights* (1689). Sua experimentação, ainda na Inglaterra, iria suscitar a questão do aprimoramento da representação, sem retirar-lhe o caráter de prerrogativa da classe proprietária. Em fins daquele século, com a Revolução Americana, do mesmo modo que em decorrência da Revolução Francesa, surgem novas questões que, entretanto, permanecem como parte do núcleo fundamental. A abertura de uma nova frente, se assim se pode dizer, ocorreria com as dificuldades econômicas surgidas, em sua pátria de origem, na década de quarenta do século XIX.

A votação da *Lei dos Cereais*, ocorrida naquela década, provocou uma grave cisão no Partido Conservador, crise essa na qual despontaria o então jovem parlamentar William Gladstone (1809/1898) --futuro Primeiro Ministro e artífice de outra grande reforma na doutrina liberal, desta vez para aproximá-la do ideal democrático.

A Lei dos Cereais é, de fato, um ponto de inflexão na política inglesa. Os agricultores locais tinham conseguido que o governo taxasse fortemente o produto importado. Essa praxe contrariava de modo frontal os interesses da nascente indústria, que sonhava com a eliminação, por toda a parte do mundo, das barreiras opostas à sua penetração. Com o propósito de conseguir a derrogação do sistema em vigor, criou-se um amplo movimento em favor do livre comércio (*livre-cambismo*, como veio a ser conhecido), liderado por Richard Cobden (1804/1865), rico industrial de Manchester e que se transformou numa das personalidades importantes do Partido Liberal.

Em 1845, uma colheita desastrosa criou uma situação insuportável para as camadas mais pobres da população. Diante da gravidade do quadro, o Primeiro Ministro conservador Robert Peel (1788/1850) decide votar a proposta liberal, abolindo as taxas de importação dos cereais estrangeiros. Conforme foi referido, a iniciativa acarretaria cisão no partido governamental.

À derrocada da lei dos Cereais, seguem-se importantes passos na eliminação do protecionismo. Assim, em 1849 são abolidas todas as restrições à frequência de navios estrangeiros nos portos ingleses e, em 1852, suprimem-se diversas tarifas alfandegárias e reduzem-se as demais. Com base nesse regime de liberdade comercial, o país ingressa num vigoroso ciclo de progresso material. Desta forma, passaram-se mais de oitenta anos para que a Inglaterra proclamasse a sua firme adesão às doutrinas postas em voga por Adam Smith (1723/1790), em sua obra famosa, aparecida em 1776: *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. E prazo bem menor a fim de que se comprovasse a validade de suas teses, em matéria de desenvolvimento econômico.

É deste modo, portanto, que a doutrina liberal adquire uma nova dimensão: o *liberalismo econômico*. A exemplo do que ocorre em relação a outros aspectos da vida política --sendo característica marcante dessa doutrina a atenção ao curso histórico-- a própria evolução da economia --e mesmo os efeitos dessa ou daquela política -- têm imposto alterações no conteúdo dessa nova dimensão. As variações fundamentais dizem respeito à questão ou ao tipo de intervencionismo estatal. Assim, tivemos o mencionado primeiro momento, quando a inspiração fundamental provém de Adam Smith, ao qual se seguirão aqueles determinados pelas crises de 1929; da segunda metade dos anos setenta e daquela que vem de eclodir, em 2008. De um modo geral, tratando-se de questão relacionada à ciência econômica, no interior desta sempre ocorrem divergências quanto à política econômica dominante. Contudo, sua revisão só

tem sido empreendida quando algum incidente grave (no caso, as crises mencionadas) obriga a fazê-lo

Vamos portanto passar em revista, brevemente, a evolução das doutrinas econômicas relacionadas à ingerência estatal na economia, seguida da forma pela qual se deu a sua adoção, bem como os percalços que vieram a experimentar. Essa análise tornará patente que o conteúdo do *liberalismo econômico* não corresponde a conjunto de dogmas, mas a regras exigentes de correções. Em suma, o espetáculo é comandado pelo processo econômico concreto.

### **Primeiro momento: Smith**

Adam Smith era professor de filosofia moral (ética) na Universidade de Glasgow (Escócia), da qual chegou a ser Reitor.

Tradicionalmente, desde Aristóteles, a economia era parte da mencionada disciplina. À ética incumbia estudar os costumes em seu conjunto, razão pela qual abrangia não apenas a moralidade como outros aspectos da vida na cidade (a Grécia era subdividida em cidades-Estado). Voltado para o tema, Smith publicou, em 1769, *Teoria dos sentimentos morais*, livro no qual desenvolve a hipótese, devida a David Hume (1711/1776) --a quem devotava grande admiração--, de que os homens são instados a cumprir a lei moral porque, instintivamente, tendem a disputar a simpatia de seus concidadãos. Deste modo, *A Riqueza das Nações* --título pelo qual ficou conhecida-- insere-se no conjunto de suas preocupações de ordem moral.

O livro corresponde a uma crítica demolidora à doutrina então geralmente aceita pelos governos, denominada de *mercantilismo*. Defendia o acúmulo de divisas em metais preciosos, em mãos do Estado, mediante o comércio exterior, regulado segundo regras rigorosamente protecionistas. Nutria-se da convicção de que a riqueza de uma nação relacionava-se, de modo direto, com o aumento da população e da quantidade de metais preciosos que viesse a deter, na medida em que estes asseguram o valor da moeda. Disso resultava brutal intervencionismo estatal na economia. Daí o nome de livre cambismo (ou liberalismo econômico) adotado pela corrente que preconizava o seu abandono.

Smith sistematizou a experiência da divisão do trabalho vigente na manufatura --que na altura substituíra vantajosamente as oficinas de artesãos--, documentando o aumento da produtividade do trabalho dali resultante. Ao fazê-lo pretendia evidenciar que esta era a base sobre a qual deveria repousar o comércio de um modo geral. Difundiu a idéia do custo de produção, mensurando-o em casos concretos, de modo que sua argumentação tornou-se irrefutável. O protecionismo era apresentado como a antípoda das virtudes que lhe vinham sendo atribuídas.

As idéias de Adam Smith viriam a ser preservadas --e introduzidas no ensino universitário inglês-- graças sobretudo à atuação de David Ricardo (1772/1823), notadamente com a publicação de *Princípios de Economia Política e Taxação* (1817), obra que associou às teorias de Smith. Tanto na imprensa como da tribuna parlamentar, na condição de deputado, criticou a elevada taxação (protecionista) das importações.

### **Segundo momento: Keynes**

Na prática do governo representativo, notadamente no século XX, este sistema viria a ser associado à economia de mercado. Incumbia ao governo estabelecer as regras exigidas pelo seu normal funcionamento; zelar pela observância dos princípios asseguradores da concorrência, evitando todo tipo de providência associada à

mentalidade mercantilista. Sua observância assegurou várias décadas de prosperidade. Em 1929, entretanto, eclodiu crise de dimensões colossais: generalizado fechamento de fábricas; desemprego em massa. Criou-se uma situação favorável à aceitação das teses preconizadas, ao longo dos anos vinte, pelo então jovem economista John Maynard Keynes (1883/1946).

Professor de Economia, sem ter ainda granjeado a notoriedade que chegou a alcançar, publica em 1919, aos 36 anos de idade, uma obra importante em que se opõe frontalmente à política de reparações impostas aos países derrotados na Primeira Guerra Mundial: *As conseqüências econômicas da paz*. Afirma ali que os problemas econômicos da Europa eram mais significativos que as disputas políticas de fronteiras. Desde essa época e até 1926, quando edita *O fim do "laissez-faire"* - livro que sistematiza algumas teses sustentadas em conferências dos anos anteriores -, amadurece em seu espírito a necessidade de refazer a economia clássica, tarefa a que dedica o melhor de seus esforços e que coroa com a obra *Teoria geral da ocupação, do juro e do dinheiro* (1936). Dessa forma é na qualidade de teórico que logra substituir a doutrina econômica clássica e que se torna peça essencial do liberalismo político. Ao invés da hipótese do equilíbrio espontâneo, como resultante final da livre atividade dos produtores individuais - que a experiência histórica incumbira-se de refutar - Keynes concebe os mecanismos da intervenção do Estado, basicamente através de processos indiretos, isto é, sem o imperativo da sua transformação em empresário, mantidas as características essenciais da economia de mercado.

Segundo Keynes, o Estado Liberal é responsável pela manutenção de determinada taxa de ocupação de mão-de-obra, reformulando nesse particular a doutrina clássica acerca do desemprego. Para que tal se dê, incumbe-lhe estimular os investimentos. Neste sentido, deve cuidar sucessivamente da redução da taxa de juros, a fim de que as economias (poupanças) assumam de preferência a forma de inversões. Uma adequada taxa de juros seria sempre inferior à menor remuneração em investimentos produtivos. Tendo a experiência evidenciado que a simples manipulação desse mecanismo (taxa de juros) revelou-se insuficiente para manter o nível das inversões, conceberam-se as formas de transferir recursos ociosos para as mãos do Estado, a exemplo da taxação progressiva das rendas. Em síntese, o liberalismo abandona o *laissez-faire* e concebe modalidades de intervenção econômica estatal, preferentemente segundo mecanismos indiretos.

O keinesianismo foi adotado pelos países desenvolvidos, em especial no pós-guerra. Instituições ligadas à nova ordem mundial, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional foram concebidas diretamente pelo próprio Keynes.

No caso da Europa Ocidental, entretanto, coube a governos socialistas a responsabilidade de aplicação do keinesianismo, desde que emergem como a principal força política no pós-guerra. Embora, em determinados países, a estatização da economia tenha decorrido de razões alheias à ideologia --no caso da França, por exemplo, foram estatizadas as empresas cujo acionistas aceitaram colaborar com o ocupante alemão durante a guerra --, o certo é que assumiu a amplitude apontada no gráfico adiante, elaborado pela Revista *Time* em fins da década de setenta:

PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA											% DAS DESPESAS GOVERNAMENTAIS NO PNB					
SETOR PRIVADO ○		SETOR ESTATAL									25%	50%	75%	100%	1962	1978
PAÍSES	PAÍSES	TELECOMUNICAÇÕES	ENERGIA ELÉTRICA	REFINAÇÃO DE PETRÓLEO	CARVÃO	FERROVIAS	EMPRESAS AÉREAS	INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA	SIDERURGIA	CONSTRUÇÃO NAVAL						
Estados Unidos	●	○	◐	○	○	○	○	○	○	○					28.4	32.2
Austrália	●	●	●	●	○	●	◐	○	○	*					19.3	24.5
Brasil	●	●	●	●	◐	●	◐	○	◐	○					12.0	35.0
Inglaterra	●	●	●	●	●	●	◐	◐	◐	●					40.5	43.9
Canadá	●	◐	●	○	○	◐	◐	○	○	○					34.4	46.0
França	●	●	●	●	●	●	◐	◐	◐	○					36.3	43.0
Itália	●	●	◐	●	*	●	●	◐	◐	◐					32.4	47.3
Japão	●	●	○	○	○	◐	◐	○	○	○					12.3	16.5
Suécia	●	●	◐	●	*	●	◐	○	◐	◐					36.0	61.6
Alemanha Ocidental	●	●	◐	◐	◐	●	◐	◐	○	◐					35.6	46.5

\* Produção insignificante

Fonte: TIME, Abril de 1980

### Terceiro momento: crítica e superação do keinesianismo

Apesar do fenômeno indicado, entre 1952 e 1972, a economia dos países desenvolvidos cresceu ininterruptamente a taxas anuais médias da ordem de 5%. Nos 150 anos precedentes, os economistas consideram que o capitalismo experimentou cerca de vinte crises cíclicas, uma para cada sete/oito anos, e pelo menos trinta recessões parciais, processo este que culminaria com a catástrofe de 1929. Nos primeiros decênios posteriores à Segunda Guerra, as recessões foram tênues e não muito prolongadas.

Em contrapartida, a partir da década de setenta observa-se uma drástica redução do crescimento, de que resulta a formação de contingente expressivo de desempregados, considerando-se ainda que se haja verificado o fenômeno batizado de “desemprego estrutural”, isto é, pessoas que praticamente não mais conseguem voltar ao mercado de trabalho. A nova crise exigiu uma revisão do keinesianismo, a que aludiremos. Entretanto, a atribuição à estatização da responsabilidade principal pelo fenômeno novo com que se defrontam os países desenvolvidos, em especial na Europa --batizado de *estaginflação*-- decorreu da experiência concreta levada a cabo na Inglaterra pelo governo Thatcher. Essa política foi satanizada pelos socialistas. Entretanto, a evidência de seus resultados levou a que viesse a ser adotada pela Comunidade Européia. Basicamente, enxugamento do Estado e redução do gasto público, assegurado em princípio pela desestatização.

Vejamos portanto, em síntese, como se caracteriza a atuação do governo de Margareth Thatcher na Inglaterra. Eleita em 1979, permaneceu na condição de Primeiro Ministro até 1990.

Ainda que os conservadores continuassem no poder, neste último ano perde a liderança para John Major.

O auge da disputa com os trabalhistas deu-se basicamente nos anos de 1984 e 1985, quando enfrenta a greve dos mineiros por mais de um ano, vencendo-os sem fazer concessões.

As reformas de Thatcher consistem no seguinte: 1º) *Desestatização da economia*. Em 1978, a Inglaterra era a economia mais estatizada da Europa, superando mesmo a França, campeã na matéria. O governo Thatcher conseguiu desestatizar mediante a pulverização de ações, ampliando o mercado de capitais e propiciando o surgimento dos Fundos de Pensões. As ações foram comercializadas pelos bancos, mediante o compromisso de recompra pelo Estado em caso de insucesso, que não ocorreu. 2º) *Imposição da reforma trabalhista*. Thatcher revogou os privilégios das Trade Unions e dificultou a realização de greves. O prof. José Pastore costuma lembrar que no debate ocorrido em 1984, como parte da campanha eleitoral, entre Margareth Thatcher e o então líder trabalhista, Tony Benn, da chamada *hard left*, de inspiração trotskista, a Primeira Ministra incluiu entre os seus sucessos a redução do número de horas de trabalho perdidas devido a greves. Tony Benn retrucou dizendo que o resultado alegado devia-se à proibição das greves, alegação que Mme. Thatcher refutou indicando que o governo limitara-se a proibir piquetes. Ao que diz Tony Benn: “sem piquetes não há greves”. 3º) *Eliminou a staginflação* Na década de setenta, a Inglaterra experimentou taxas de inflação sem precedentes, a saber:

Ano	Taxa de inflação (%)
1972	7,1
1973	9,2
1974	16,0
1975	24,2
1976	16,5
1977	15,8
1978	8,3
1979	13,4
1980	18,0

Fonte: OCDE

Tenha-se presente que a circunstância européia nada tinha a ver com o que se verificou em países como o Brasil no período recente, com taxas de incremento de preços que poderiam ser consideradas como equivalentes à hiperinflação.

O fenômeno se fazia acompanhar de taxas medíocres de crescimento. De imediato, Thatcher conseguiu reduzir drasticamente a inflação. Entretanto, no que respeita ao desemprego, os efeitos de sua política somente aparecem a partir de meados da década de noventa, o que facilitou o seu afastamento da liderança.

Contudo, o grande mérito da experiência inglesa reside na continuidade. Major como Blair mantiveram as políticas introduzidas por Mme. Thatcher. No caso de Blair, o mais importante a destacar consiste em que conseguiu que as Trade Unions reconhecessem terem sido benéficas as reformas de Mme. Thatcher, impostas pela simples razão de que a liderança da época recusou-se a negociar.

Embora a experiência inglesa haja sido determinante na revisão do keynesianismo, cumpre ter presente que sua prática foi acompanhada da crítica, provinda em especial das hostes liberais. Deste modo, a política thatcheriana estava respaldada nessa revisão teórica.

A discussão da obra de Keynes atravessou toda a década de oitenta. Coincidindo com o fim da União Soviética, no início dos anos noventa estabelece-se consenso entre as principais nações desenvolvidas, impulsionado pela experiência inglesa. A Comunidade Européia torna obrigatórios determinados limites tanto para o déficit público como para

a taxa de inflação, impondo aos partidos margem estreita de opção em matéria de política econômica.

Correspondendo a revisão de Keynes a um aspecto importante da economia encarada como ciência, cabe o breve registro que se segue.

A mais completa sistematização das críticas feitas à teoria e à prática do keynesianismo foi realizada por Henri Lepage na segunda parte da obra intitulada *Demain le Liéralisme* (Paris, Pluriel-Livre de Poche, 1980). Considerou amplamente o tema, evidenciando que economistas liberais perceberam, antes mesmo da eclosão da crise dos anos setenta, que o aumento da despesa pública, embutida no keynesianismo, prenunciava o esgotamento desse modelo. Assim, as políticas thatcherianas haviam sido precedidas da crítica teórica à mencionada doutrina, tomada no seu aspecto geral, e não apenas no fenômeno da estatização de empresas antes focalizado. À principal daquelas críticas, denominou de *Freio Fiscal*.

Dois jovens professores norte-americanos, Arthur Laffer e Martin Feldstein, demonstraram o fato de que a pressão fiscal do Estado, típica do keynesianismo, longe de estimular a atividade industrial e, conseqüentemente, o pleno emprego, criava sérios obstáculos à produção e acarretaria a depressão econômica, como de fato veio a ocorrer na segunda metade dos anos setenta e no início da década seguinte.

Henri Lepage sintetizou da seguinte forma a tese central dos mencionados economistas: “(...) eles mostram como, ao fazer do aumento da despesa pública o elemento dominante das nossas políticas conjunturais, as doutrinas keynesianas têm levado a ultrapassar certos limites além dos quais o desenvolvimento da intervenção do Estado se torna um obstáculo à retomada do controle eficaz do crescimento e do emprego (...)”.

Notadamente na virada do século e nos anos que se seguiram, os países desenvolvidos voltaram a experimentar amplo ciclo de crescimento. Com a singularidade de que, desta vez, no conjunto das nações chamadas de “emergentes” --denominação que por si mesmo já correspondia a uma primeira qualificação daquelas antes arroladas como “subdesenvolvidas”-- conseguem arrastar o pequeno grupo integrado pelo Brasil, Rússia, Índia e China. Esta última registra taxas contínuas de expansão superiores a dez por cento anuais. Surge então, a partir do último trimestre de 2008, uma crise deveras singular.

E, assim, mais uma vez, os países desenvolvidos encontram-se diante do imperativo de voltar ao exame do intervencionismo estatal na economia, questão que, como vimos, desde Adam Smith, impõe ao liberalismo rever o conteúdo da doutrina a que deve corresponder sua dimensão econômica.

### **A crise de 2008**

Fato para o qual não parece haver merecido maior atenção dos Bancos Centrais, o certo é que as hipotecas imobiliárias tornaram-se progressivamente a principal atividade do sistema bancário norte-americano. Os empréstimos hipotecários chegaram a representar mais de cinquenta por cento dos ativos das principais daquelas instituições. A par disto, estribado nos ganhos que proporcionavam pela valorização dos imóveis, as hipotecas davam lugar a novas operações.

Quando a chamada “bolha especulativa imobiliária” estourou, verificou-se que todos os grandes bancos do mundo registravam operações com os mencionados tipos de títulos. Tal se deu com a falência do Lehman Brothers, norte-americano, a 15 de setembro de 2008. No dia seguinte, despencaram as ações das 500 maiores empresas dos Estados Unidos. A partir daí o processo alastrou-se pelo conjunto dos países desenvolvidos. Rapidamente a crise financeira estendeu-se às atividades econômicas.

A novidade residiu na velocidade com que os Bancos Centrais dos principais países desenvolvidos -- a começar dos Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra e França-- trataram de impedir que se registrassem falências dos grandes bancos. Envolvendo somas vultosas aquelas organizações foram rapidamente livradas dos ativos de difícil realização. Nos Estados Unidos, o socorro estendeu-se aos proprietários de imóveis em dificuldades financeiras. Todas essas operações foram efetivadas no primeiro semestre de 2009.

Em que pese a rapidez e o resultado visível de que não houve pânico generalizado -- nem a clássica “corrida aos bancos”--, o processo de reconstituição do sistema de crédito tem se revelado muito lento, sem o que não se dará a reativação das atividades econômicas. A previsão é de que a economia dos países desenvolvidos encolha de modo expressivo no exercício de 2009, admitindo-se que poderá iniciar recuperação (módica) em 2010.

Num primeiro momento, a suposição era a de que se renunciava a volta do keynesianismo. Com o desdobramento das iniciativas dos Bancos Centrais tal suposição dissipou-se rapidamente. Tornou-se patente que se tratava de recompor o sistema financeiro, tendo sido comprovado que o processo econômico não pode prescindir de seu concurso. Coube ao Banco de Compensações Internacionais (BIS), entidade sediada na Basileia (Suíça), que congrega os Bancos Centrais dos principais países, em fins de junho de 2009, fixar os princípios que deverão passar a vigorar em relação aos maiores bancos. Basicamente, exame mais rigoroso, da parte dos BC nacionais, dos volumes de operações permitidas, em relação ao total dos recursos próprios. Adicionalmente, passará a ser obrigatório registro das operações de maior risco, bem como definidas as responsabilidades a serem assumidas pelas instituições que as sustentam, sistema esse designado como “de segurança dos clientes”.